



**CONFORME SOLICITAÇÃO DO AUTOR, ESTA
PRODUÇÃO INTELECTUAL POSSUI RESTRIÇÃO
DE ACESSO**

**CAXIAS DO SUL
2025**

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO ACADÊMICO**

CÍNTIA FERNANDES MARQUES

**A CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA PELA EXTRAÇÃO ILEGAL DE MINERAIS EM
TERRAS INDÍGENAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS DESTINADAS A
GARANTIR O USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA**

MULTICAMPI- FARROUPILHA/GUAPORÉ

2025

CÍNTIA FERNANDES MARQUES

**A CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA PELA EXTRAÇÃO ILEGAL DE MINERAIS E
TERRAS INDÍGENAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS DESTINADAS
A GARANTIR O USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito. Na área de concentração: Direito Ambiental e Sociedade. Linha de Pesquisa: Direito Ambiental e Novos Direitos.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Lunelli.

MULTICAMPI- FARROUPILHA/GUAPORÉ

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

M357c Marques, Cíntia Fernandes

A contaminação da água pela extração ilegal de minerais em terras indígenas e as políticas públicas ambientais destinadas a garantir o uso sustentável da água [recurso eletrônico] / Cíntia Fernandes Marques. – 2025.
Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2025.

Orientação: Carlos Alberto Lunelli.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Direito ambiental. 2. Água - Contaminação. 3. Minerais - Aspectos ambientais. 4. Indígenas. 5. Sustentabilidade. I. Lunelli, Carlos Alberto, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 349.6

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

**A CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA PELA EXTRAÇÃO ILEGAL DE MINERAIS EM
TERRAS INDÍGENAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS DESTINADAS A
GARANTIR O USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito. Na área de concentração: Direito Ambiental e Sociedade. Linha de Pesquisa: Direito Ambiental e Novos Direitos.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Lunelli.

Aprovada em: 08 de Outubro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Lunelli

Profa. Dra. Maria Cláudia Crespo Brauner UFRGS)

Prof. Dr. Adir Ubaldo Rech (PPGDIR UCS)

Profa. Dra. Cleide Calgaro (PPGDIR UCS)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho, primeiramente a Deus por seu meu alicerce nos momentos de dificuldade e por me dar forças para não desistir.

Dedico ainda à memória de minha avó, Orlandina da Silva Rosa, sábia mulher analfabeta, que conduziu e incentivou a minha educação formal.

Ainda aos meus filhos e neta, pela compreensão nas horas de ausência. Cyndiel Thiéli, Robert Levi, Mavie e Rebecca.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Dr. Carlos Alberto Lunelli, pela valiosa contribuição, orientação e apoio nessa jornada.

Agradeço também aos meus colegas de curso, pelas trocas valiosas durante a pesquisa.

Por fim agradeço aos meus amigos, pelas palavras positivas e de encorajamento e por acreditarem que isso seria possível.

De uma coisa temos certeza: a terra não pertence ao homem branco; o homem branco é que pertence à terra. Disso temos certeza. Todas as coisas estão relacionadas como o sangue que une uma família. Tudo está associado. O que fere a terra, fere também os filhos da terra.

(Pinsky et al.,1991).

RESUMO

A Terra Yanomami, localizada na Amazônia, estendendo-se aos estados de Roraima e Amazonas, é a maior reserva indígena do Brasil. O garimpo ilegal é um problema que persiste há décadas nessa área. O mercúrio, usado na separação do ouro, é despejado nos rios, contaminando a água e afetando peixes e outros animais. Essa atividade clandestina não controla os danos ambientais e está ligada também a problemas de saúde nas comunidades Yanomamis, como desnutrição e aumento de doenças. Diante disso, o objetivo desta pesquisa é compreender as legislações aplicáveis ao caso da tribo indígena Yanomamis, em decorrência da contaminação da água pelo mercúrio, diante da extração ilegal de minerais. Em termos de metodologia, quanto a sua natureza, predomina-se a forma qualitativa com uma base bibliográfica ampla, tanto nacional quanto internacional. Como resultado, foi possível perceber que a tribo Yanomami enfrenta problemas devido à contaminação por mercúrio gerada pelo garimpo ilegal. A Constituição Federal do Brasil reconhece os direitos dos indígenas sobre suas terras e a responsabilidade do governo em protegê-las. A presença de mercúrio prejudica a saúde dos Yanomami, contamina a água e os peixes, exigindo medidas de saúde pública e supervisão ambiental. O Estado brasileiro tem a responsabilidade de garantir, por meio do sistema judicial, a efetiva proteção dos direitos humanos, respondendo prontamente às violações. É inaceitável que as comunidades indígenas esperem demais por uma resolução e reparação pelo sofrimento que sofreram. Se isso não acontecer, essas comunidades podem fortalecer suas instituições e melhorar seu bem-estar social por meio da efetivação dos direitos humanos e da proteção de seus direitos fundamentais.

Palavras-Chave: Água; Extração de minerais; Povos indígenas.

ABSTRACT

The Yanomami Territory, located in the Amazon, extending across the states of Roraima and Amazonas, is Brazil's largest indigenous reserve. Illegal mining has been a problem in this area for decades. Mercury, used to separate gold, is dumped into rivers, contaminating the water and harming fish and other animals. This clandestine activity leaves environmental damage unchecked and is also linked to health problems in Yanomami communities, such as malnutrition and increased disease. In light of this, the objective of this research is to understand the legislation applicable to the Yanomami Indigenous tribe, due to the contamination of their waters by mercury, resulting from illegal mineral extraction. The methodology, by its nature, is qualitative, with a broad bibliographic base, both national and international. As a result, it became clear that the Yanomami tribe faces problems due to mercury contamination generated by illegal mining. The Brazilian Federal Constitution recognizes the rights of indigenous people to their lands and the government's responsibility to protect them. The presence of mercury harms the health of the Yanomami and contaminates water and fish, requiring public health measures and environmental oversight. The Brazilian State has a responsibility to ensure, through the judicial system, the effective protection of human rights, responding swiftly to violations. It is unacceptable that indigenous communities wait too long for resolution and compensation for the suffering they have endured. If this does not happen, these communities can strengthen their institutions and improve their social well-being through the realization of human rights and the protection of their fundamental rights.

Keywords: Water; Mineral extraction; Indigenous peoples.